

Patrimônio da Humanidade

A lista do Patrimônio Mundial da Unesco não pára de aumentar desde que foi criada, em 1975, como resultado da Convenção para Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972. Hoje, são 630 propriedades, em 160 países congregados.

A idéia original da convenção era proteger sítios culturais e naturais considerados de excepcional valor universal. Dessa forma, foram criadas armas para que o progresso e a ação do homem não ameaçassem obras-primas culturais e sítios naturais virgens do mundo todo. O Fundo do Patrimônio Mundial é responsável por ajudar os governos a preservar as áreas selecionadas. O Brasil ratificou a Convenção cinco anos depois de sua realização.

No país, 12 propriedades foram inscritas (nove culturais, três naturais). Estão na lista, além de Brasília, o Parque Nacional do Iguaçu (PR), as Reservas da Mata Atlântica do Sudeste, o pré-histórico Parque Nacional Serra da Capivara (PI), a Costa do Descobrimento (BA), o centro histórico de Salvador (BA), o centro histórico de Olinda (PE), as ruínas de São Miguel (RS), a cidade históri-

ca de Ouro Preto (MG), o centro histórico de Diamantina (MG), o santuário do Bom Jesus de Matosinhos (MG) e o centro histórico de São Luís do Maranhão (MA).

Para transformar-se em Patrimônio da Humanidade, as propriedades precisam obedecer a um ou mais critérios de seleção da Unesco. O bem cultural deve, entre as opções, representar uma obra-prima do gênio criativo humano, ter importância histórica de intercâmbio de valores humanos, conter testemunho único de uma tradição cultural ou de uma civilização, ser exemplo de estabelecimento humano tradicional, estar associado a mitos e tradições vivos ou ser exemplo único de um tipo de edifício ou conjunto arquitetônico ou tecnológico - justamente o tópico da inscrição de Brasília. Ouro Preto (MG), em 1980, foi a primeira inscrição brasileira da lista.

Em 1987, o então governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira, apresentou ao Comitê do Patrimônio Mundial a proposta de transformar o Conjunto Urbanístico do Plano Piloto em Patrimônio Mundial. Um dossiê foi elaborado por um grupo

de técnicos do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), do GDF e da Universidade de Brasília (UnB). O problema enfrentado pela equipe era que o Comitê da Unesco havia decidido, pouco antes, retardar a aceitação de qualquer bem contemporâneo até a definição de critérios de catalogação. Mas, ao avaliar o dossiê, aceitou a inscrição, tornando Brasília o primeiro núcleo histórico e contemporâneo declarado Patrimônio da Humanidade.

O dossiê apontava o fato de que a cidade foi fundamentada nas propostas dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAMs), com características próprias de circulação, de setores diferenciados de ocupação, de massas arbóreas e de áreas livres. A concepção do Plano Piloto envolveu os conceitos urbanísticos de quatro escalas: a monumental, baseada no papel de capital de um país, a residencial, traduzida no funcionamento das superquadras, a gregária, definida no conjunto de áreas comerciais e de lazer do centro da cidade, e a bucólica, formada pelo complexo de parques e áreas ociosas no entorno do Plano Piloto.